

Modernidade ou contemporaneidade?

Luiz Cassemiro dos Santos

Uma das palavras mais utilizadas nos meios político e burocrático, nos últimos anos, tem sido modernidade. No Brasil, para muitos, o seu significado está associado ao processo de privatização de empresas estatais. Para outros, ela se vincula a uma redução do comportamento corporativista, que tem levado à obtenção de privilégios de grupos, em detrimento de benefícios gerais à sociedade. Para alguns, ainda, medidas como abertura das importações, quebra de cartelização industrial e comercial, fratura de monopólios, como forma de promoção de meios de competitividade, são formas de alcance da modernidade.

Não faltam os que imaginam que a simples importação de itens tecnológicos de consumo de última geração e sua utilização por uma pequena parcela da sociedade colocariam o País no contexto da modernidade.

Entretanto, parece que uma das interpretações mais difundidas é a de que modernidade exprime a interferência mínima do Estado na economia, e isto tem levado a que muitos passem a julgá-lo como algo pernicioso e prejudicial à sociedade. Condenar o Estado pelos malefícios do País passa a ser, dentro dessa visão distorcida, moderno.

Mas, afinal, o que é modernidade? E de onde vem tal conceito? Inseridos na nossa sociedade, os fatores acima transformariam nosso país em membro do bloco chamado moderno?

O conceito de modernidade envolve a capacidade de uma sociedade criar e absorver, como prática imediata, as inovações tecnológicas, diminuindo, assim, o "fosso" entre avanço científico, inovação tecnológica e suas aplicações nas atividades de produção, comércio, serviços e outras.

Mas, para que isso ocorra, não é suficiente que uma sociedade possa apenas uma "academia" criativa e avançada, embora isto seja fator imprescindível. É preciso que, além da capacidade de aplicação imediata

das inovações de ciência e de tecnologia, uma parcela da sociedade não sofra com a introdução desses novos elementos. Processos de automação, ou outros, não podem gerar desemprego e, para tanto, é necessário que o sistema de retreinamento e mesmo o sistema de educação regular sejam ágeis, a ponto de não tornarem os recursos humanos defasados em tempo curto.

Deve existir uma capacidade de ensino, tanto no sistema informal como no formal, que possa transformar, de maneira rápida, profissões obsoletas em atuais. O retreinamento deve ser compatível com a velocidade da introdução das inovações tecnológicas, de tal forma que não se atualize o parque produtivo e se sucateie o recurso humano.

O mesmo se espera do sistema formal de educação. As profissões de nível médio e sobretudo as de grau universitário devem encontrar mecanismos naturais de reformulação dos currículos, em tempo relativamente curto, para que os profissionais não cheguem ao mercado de trabalho com necessidade de reciclagem antes mesmo de suas primeiras atividades.

Numa reflexão rápida, constatamos que, antes de falarmos em modernidade no Brasil, teríamos que tratar do aspecto da contemporaneidade. Somos nós um país contemporâneo? Para isto, é necessário que não se possua analfabetismo, que os índices de mortalidade infantil estejam em níveis mundialmente aceitos, que o saneamento básico do País nos livre da vulnerabilidade a epidemias, que os índices de desemprego não representem óbices sociais graves, que a distribuição de renda não provoque afastamentos insuportáveis em segmentos sociais já marginalizados, enfim, que tenhamos uma sociedade harmonizada social e economicamente.

Os pré-requisitos para o alcance de tais fatores incluem, necessariamente, um sistema educacional em condições de absorver todos os indivíduos da sociedade nos níveis iniciais de escolaridade (1º Grau) e, nos

níveis mais elevados (2º Grau e universitário), todos aqueles que os procuram. Esta não parece ser nossa realidade. Ainda somos um país com carência de bancos escolares, de professores em todos os níveis e, acima, de tudo, de vontade política e condição gerencial capazes de apontar, a curto prazo, para o alcance da contemporaneidade.

Constatação desses fatos não deve significar, entretanto, desesperança. A atual administração do País tem demonstrado sensibilidade e interesse em mudar o quadro do Brasil. O esforço, porém, não pode ficar circunscrito aos meios oficiais. É necessário que todos dêem a sua contribuição, sobretudo na área educacional, complementando o esforço governamental. Colocar os interesses sociais acima dos pessoais é tarefa primordial para sairmos da retórica da modernidade e perseguirmos o caminho da contemporaneidade.

Parece que há um caminho árduo a perseguir, sobretudo na área educacional. Não é apenas o aspecto quantitativo da educação brasileira que representa barreira para o alcance da contemporaneidade. É, também, a natureza da educação que deve ser repensada. Ao lado da área cognitiva dos currículos escolares, há um trabalho árduo a se desenvolver na área afetiva, de modo a se alcançar padrões éticos, morais e de formação da cidadania que preparem uma nova mentalidade do homem brasileiro, em cuja preocupação esteja presente o sentido de participante da sociedade, prevalecendo o social sobre o indivíduo, mas sentindo-se realizado como tal.

Se formos capazes de, num esforço conjunto, assentarmos as bases dessa educação, é possível que nas próximas décadas tenhamos gerações contemporâneas, e, quem sabe, elas poderão inserir o Brasil na modernidade. Sem isso, continuaremos sendo apenas retóricos.

■ **Luiz Cassemiro dos Santos** é chefe de Gabinete da Secretaria de Educação Superior do MEC

CORREIO BRAZILIENSE

12 ABR 1993